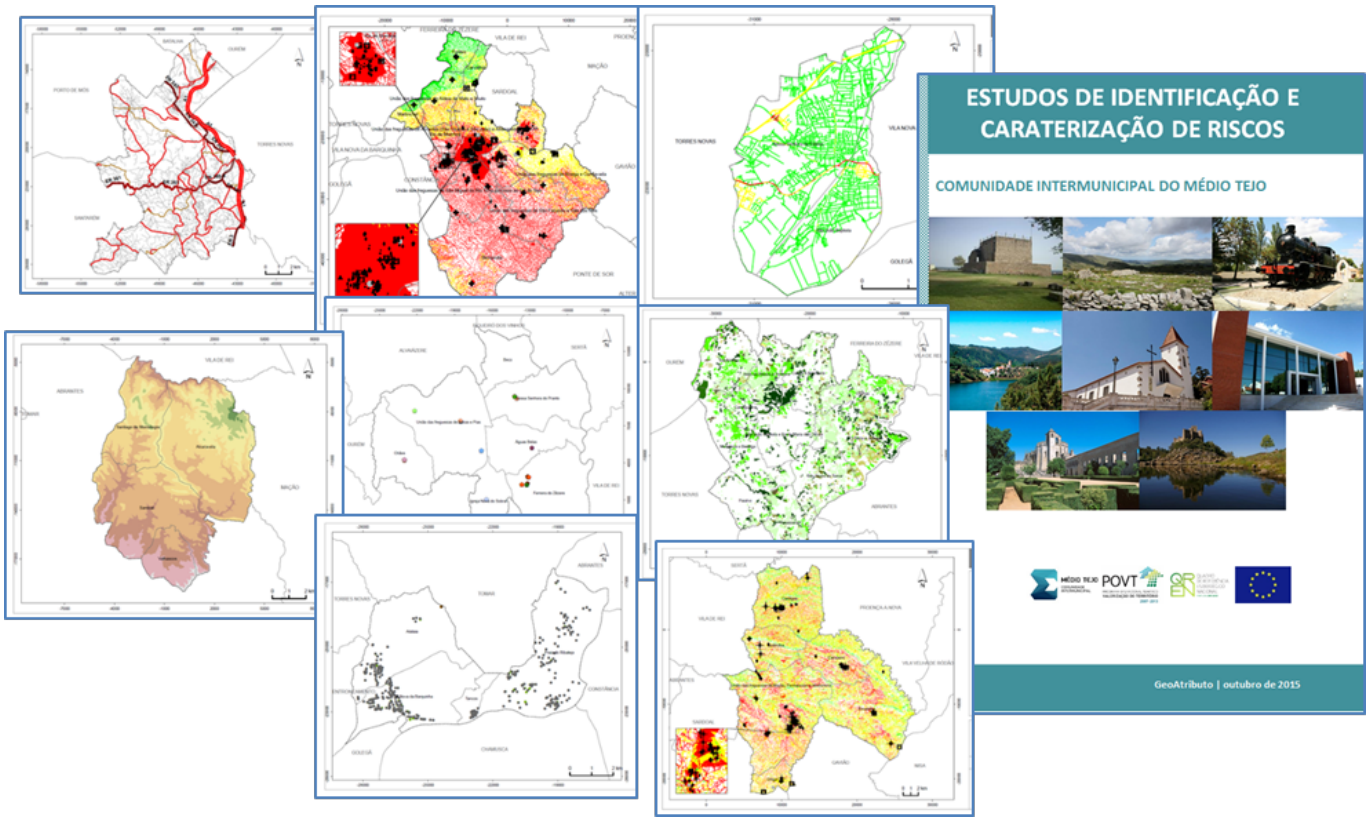
Categoria: Notícias SIG
Publicado em 28-09-2015



Foi finalizado no final de setembro o projeto “Fornecimento de estudos de identificação e caraterização dos riscos em vários concelhos do Médio Tejo, designadamente: Abrantes, Alcanena, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Sardoal, Tomar e Vila Nova da Barquinha”.

Este projeto foi inserido numa candidatura com cofinanciamento a uma taxa de 85% do Fundo de Coesão, no âmbito do Domínio de Intervenção Prevenção e Gestão de Riscos, do Eixo II do Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT).

A concretização do projeto resultou do protocolo de cooperação estabelecido entre a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) e a CIMT, configurando-se o mesmo numa parceria muito profícua dado que a CIMT e seus municípios puderam contar também com o know-how da ANPC, nomeadamente no apoio à elaboração das peças do procedimento, acompanhamento técnico no decorrer dos trabalhos e na validação dos elementos produzidos pela empresa Geoatributo. Sendo esta última a entidade à qual foi adjudicada a elaboração do projeto. Os municípios referidos foram também parte importante em todo o projeto, evidenciando-se a análise aos documentos e o envio de informação e contributos.

Salienta-se o papel relevante que a prevenção deverá ter no sentido da diminuição do risco, destacando-se a importância do projeto, designadamente na identificação, caracterização e avaliação metódica dos riscos naturais, tecnológicos e mistos que condicionam a segurança das comunidades, uma vez que são passos fundamentais para o adequado desenvolvimento do sistema de proteção civil, sendo que para a concretização desta prioridade é também

determinante contar com uma caracterização física e socioeconómica do território que permita gerar um eficaz enquadramento operacional para a resposta a situações de emergência.

Em conclusão, a realização deste Estudo é um importante instrumento de avaliação e caraterização territorial suscetível de induzir melhorias qualitativas nos processos de planeamento de emergência de proteção civil, aumentando a eficiência de intervenção dos sistemas de proteção civil e contribuindo para reforçar a interligação entre os mecanismos de mitigação de riscos e os instrumentos de ordenamento do território.